



**CONGRESSO DOS
ARQUITECTOS**

VISEU, 14-16 JUL 2016

**Reabilitar
Cidade com
Arquitectura**

**Roteiro
pela Profissão
Ensino,
Aprendizagem
e Qualidade
de Vida**

**Matosinhos
Julho 2015**

ORDEM DOS ARQUITECTOS
CONVIDA

ROTEIRO PELA PROFISSÃO

MATOSINHOS

SALÃO NOBRE
DOS PAÇOS
DO CONCELHO

AV. DOM
AFONSO
HENRIQUES

3 JUL '15

ENSINO, APRENDIZAGEM
E QUALIDADE DE VIDA

Programa

09:30–10:00

Sessão de abertura

- Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, dr Guilherme Pinto
- Presidente da Ordem dos Arquitectos, arq. João Santa-Rita

10:00–10:45

Ensino

- FAUP, arq. Carlos Guimarães
- FAUP, arq.^a Teresa Fonseca
- ISCTE-IUL, arq. Pedro Pinto

11:00–12:00

Formação

(estágio, formação contínua, especialização)

- Ordem dos Arquitectos, arq. Vítor Carvalho Araújo
- Armadilha Solar, arq. Miguel Veríssimo
- Seródio, Furtado & associados Arquitectos, arq. João Pedro Seródio

12:00-12:30

Debate

- moderado pelo jornalista Vítor Pereira

14:30–15:15

Política Nacional de Arquitectura e Paisagem

- Ordem dos Arquitectos, arq. Jorge Bonito Santos
- Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, arq. paisagista Laura Costa
- Casa da Arquitectura, arq. Nuno Sampaio

15:15–16:30

Comunicações

- Habitar Portugal 2012-14, Comissário, arq. Luís Tavares Pereira
- Cultour, arq.^a Conceição Melo
- Escola Superior Gallaecia, arq. Rui Florentino
- OODA, Diogo Melo

17:00–18:00

Debate aberto à assistência

- moderado pelo jornalista Vítor Pereira

18:00–18:30

Sessão de encerramento

- arq. João Santa-Rita

Apresentação

Ensinar para a Arquitectura ou ensinar Arquitectura são duas coisas distintas, ambas com reflexos determinantes no modo como se constrói e se vive na cidade e para a cidade.

A arquitectura é, por si só, uma disciplina abrangente na medida em que chama à sua formação a herança das belas-artes bem como das ciências exactas.

O ensino da arquitectura enquanto disciplina universitária passa pelo desenvolvimento de estratégias de apreensão do espaço e das formas construídas, promovendo um espírito crítico na forma como se intervém nessa realidade. Cada vez mais, em Portugal, o ensino da arquitectura está alicerçado na investigação e em metodologias científicas, seguindo a tendência internacional. No momento em que o tecnicismo se associa à especialização, será importante questionarmo-nos sobre a sobrevivência da arquitectura enquanto disciplina holística e de inclusão.

A qualidade da arquitectura e do ambiente construído são matérias que

têm vindo a merecer uma atenção cada vez maior nos panoramas nacional e internacional levantando a questão do ensino para a arquitectura.

Os valores cívicos e culturais têm sido identificados como importantes marcos na consolidação de políticas de protecção e valorização do património, reconhecidos que são os valores sociais, culturais, económicos e ambientais que estão subjacentes à prática da arquitectura. A arquitectura ergue-se a partir das memórias e cria novas circunstâncias que passam a fazer parte do colectivo. É no modo como esta relação se estabelece que se define a qualidade de vida dos utilizadores.

Há um grande trabalho a desenvolver na criação de uma consciência cívica colectiva sobre o valor da arquitectura, do património cultural das paisagens, bem como no modo como são promovidas a aprendizagem e a sensibilização para este desígnio que é fundamental na qualificação e desenvolvimento do território, na promoção e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Notas do encontro

O Presidente da Câmara de Matosinhos, dr Guilherme Pinto, abriu a sessão e saudou a iniciativa da Ordem dos Arquitectos, assumindo que Matosinhos é um concelho que tem definido estratégias em prol da qualidade de vida dos seus habitantes e pela qualificação arquitectónica do seu património. No contexto actual importará eliminar o que está a mais para qualificar. Mas, para efectuar esta triagem, é necessária a ajuda dos arquitectos, porque são eles os especialistas no território e nas cidades.

O arq. João Santa-Rita agradeceu o acolhimento de Matosinhos a esta iniciativa e sublinhou o período difícil que vivem os arquitectos, no qual tem sido necessária uma atenção constante às sucessivas alterações legislativas que têm obrigado os arquitectos a lutar pelo direito ao exercício da sua profissão.

O primeiro painel foi dedicado ao tema do Ensino e contou com a participação dos arquitectos Carlos Guimarães, Teresa Fonseca e Pedro Pinto.

O Arq. Carlos Guimarães iniciou o seu discurso declarando que o ensino é

um tema inesgotável e complicado porque depende da assembleia para quem se fala. Para o arquitecto, atravessamos uma fase de mudança, uma clara perda, nos últimos 30 anos, dos valores tradicionais da arquitectura e do território; perda de reconhecimento da importância do perene nos territórios. O “para sempre” é hoje substituído por construções efémeras e transitórias.

A mudança vive-se na própria concepção da arquitectura; o que se entende sobre o que deve ser a formação dos futuros arquitectos. Neste sentido, venceu a necessidade de reforçar a relação umbilical que vai do edifício ao território pensado nos desafios contemporâneos que nos devem reposicionar sobre os dispositivos arquitectónicos espaciais e urbanos que devem ser repensados para dar respostas. Respostas novas, ao nível das infraestruturas de transportes, gestão da água, etc.

No entanto, o arq. Carlos Guimarães defende que devemos ser conservadores no sentido de não perdermos as condições que distinguem a arquitectura das outras

áreas do saber. O que distingue o arquitecto é a capacidade de pensar e fazer o território. Uma capacidade instrumental e operativa, pelo que o ensino deve ser conservador ao nível da formação. Teoria e história da arquitectura e projecto como exercício indispensável para adquirir capacidade operativa.

Devemos ser inovadores e abertos. Seremos capazes de pensar de um modo interdisciplinar sobre as questões que se nos colocam. Seremos capazes de agir internacionalmente. Inovar no sentido de ganhar espaço nas instituições de ensino implica novas formas de criar competências.

A segunda intervenção esteve a cargo da arq.^a Teresa Fonseca, “Os dedos da minha mão”. Iniciou a sua apresentação com uma pequena introdução na qual espelhou o aumento do número de estudantes de arquitectura na Faculdade do Porto desde há uma década. Referenciou algumas leituras que considera essenciais, enquanto “carta aos aprendizes”, de Frank Lloyd Wright e deu conta da sua preocupação em passar a mensagem aos alunos sobre a importância que o espaço público tem para a definição do território. É imprescindível ter uma posição intelectual.

Para ela, o arquitecto tem que ter uma preocupação com o território. Ler o espaço público é medir com o passo e com o olhar. Ler arquitectura é converter factos em conceitos e formas. A conversão da natureza em geometria é a grande forma da arquitectura. Ensinar arquitectura é ensinar a ler e a escrever o espaço.

O arq. Pedro Pinto vincou que a profissão tem que procurar novas formas de envolvimento com a sociedade porque estamos numa fase de mudança. E a mudança implica a gestão destes três conceitos: adesão, tolerância e resistência. A profissão de arquitecto tem que ser pensada em três momentos: a Universidade; a Sociedade e a Profissão.

O debate foi moderado por Vítor Pereira que colocou a questão “Como se posiciona o ensino da arquitectura contra a massificação da arquitectura?”

O arq. Carlos Guimarães declarou que o ensino massificado vai tender a diminuir. Há sinais na Europa e em Portugal que esta tendência se vai acentuar. Mas é essencial conhecer números. É preciso haver massa crítica. Não é a forma de ensinar arquitectura que tem de mudar para acompanhar as outras ciências. Tem que se perceber que é diferente.

A arq.^a Teresa Fonseca reiterou que a arquitectura exige uma formação de tal modo global que vai continuar, quer existam escolas ou não. Há arquitectura banal e notável, uma resiste, a outra não.

O segundo painel foi dedicado à Formação e contou com a participação dos arquitectos Vítor Carvalho Araújo, Miguel Veríssimo e João Pedro Serôdio.

O arq. Vítor Carvalho Araújo defendeu que a formação se enquadra em três momentos: 1) académico; 2) transitório (estágio); e 3) profissional. Relativamente ao primeiro momento, observa-se uma tendência para o equilíbrio do número de cursos de arquitectura, que decorre de um reconhecimento da qualidade do ensino que se faz na disciplina em

Portugal. Este reconhecimento é internacional. Quer ao nível dos currículos, quer da carreira.

Num segundo momento faz-se a transição entre a fase académica e aquela em que se formaliza a primeira relação com a Ordem dos Arquitectos; trata-se do estágio obrigatório. Sobre esta matéria a Ordem dos Arquitectos tem zelado pela definição de regimes de remuneração, passando os estágios a ser considerados como estágios profissionais. O terceiro momento é a formação contínua. É um dever e é para sempre. Diz respeito à actualização do conhecimento. Há que prestar atenção a esta matéria. Nos termos da Directiva Europeia, devem-se fomentar e desenvolver mecanismos válidos que viabilizem e regulamentem a formação contínua.

A apresentação do arq. Miguel Veríssimo incidiu sobre a mensagem de que é preciso regenerar uma ideia de natureza selvagem porque esta deixou de existir. E este é o maior desafio da arquitectura. Sustentabilidade é um conceito público; ecologia é a ciência da casa.

O arq. João Pedro Serôdio enfatizou que a arquitectura precisa de ter um período de estágio em virtude do percurso técnico e experimental.

Vítor Pereira perguntou “As universidades estão a preparar bem os futuros arquitectos?”

O arq. Miguel Veríssimo defendeu que a arquitectura é o centro da construção do *habitat* humano e ela não está a dar o que é preciso. E as faculdades não estão a vê-lo e a entendê-lo. O mundo precisa de outras respostas. O arq. Vítor Carvalho Araújo

defendeu que a universidade não oferece tudo mas que o que oferece é útil. Os planos de estudos devem ser reavaliados. Há que encontrar equilíbrio entre o que é uma prática desonesta, quando o estágio se transforma num momento de exploração, e um período de experiência acompanhada. Qualquer leitura que não seja esta está a deturpar o conceito do estágio. Este momento não pode ser entendido como força de trabalho.

Por outro lado, o arq. João Pedro Serôdio explicou que esse equilíbrio não é fácil. Porque, na verdade, o estágio também é entendido como força de trabalho porque de contrario não é desejado.

O terceiro painel, dedicado à recentemente aprovada Política Nacional de Arquitectura e Paisagem (PNAP) contou com as intervenções do arquitectos Jorge Bonito Santos, Laura Costa (paisagista) e Nuno Sampaio.

Tendo em conta o tema da sessão, o arq. Jorge Bonito Santos apresentou a arquitectura e a paisagem enquanto expressão de identidade, história e cultura colectivas, com particular reflexo na educação, inclusão social e participação dos cidadãos, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais digna, justa e inclusiva.

Enfatizou os princípios do interesse público da arquitectura e da paisagem, do direito a uma arquitectura e a uma paisagem de qualidade, da democratização cultural e capacitação colectiva, da transversalidade e integração de políticas públicas, da responsabilidade do Estado e da importância da participação pública e os objectivos da PNAP, de contribuir para a protecção e valo-

rização do património cultural e para o incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial, tendo sido referida a necessidade de um envolvimento activo na PNAP por parte dos diferentes níveis da Administração Pública – central, regional e local – bem como a importância da chamada “educação para a arquitectura” – ilustrada com exemplos de acções levadas a cabo noutros países da Europa.

O nível local foi apresentado como um actor privilegiado em virtude das suas responsabilidades directas na gestão do uso do solo, na criação e gestão do quadro de vida quotidiana dos cidadãos, no licenciamento das iniciativas urbanísticas dos particulares e, igualmente, em virtude da sua proximidade com os cidadãos e da sua capacidade para, aproveitando os equipamentos culturais e de ensino de que dispõe – bibliotecas, cineteatros, escolas básicas – promover e dinamizar um conjunto de iniciativas primordiais para a divulgação e efectiva implementação da PNAP.

A implementação da PNAP nas áreas da educação, participação e sensibilização da população para a arquitectura e para a paisagem necessita do envolvimento e articulação das escolas e de organizações não governamentais no processo, nomeadamente de associações e entidades que já hoje desenvolvem trabalho nesta área, e foi apresentada, a título de exemplo, uma listagem de potenciais parceiros da PNAP.

A arq.^a paisagista Laura Costa reforçou a importância da PNAP, nomeadamente no que se refere à concretização e transposição em Portugal de orientações europeias

nesta matéria, realçando a participação e o envolvimento da APAP no processo de desenvolvimento e concretização do documento e a disponibilidade para uma participação activa na sua implementação.

O arq. Nuno Sampaio apresentou o projecto da Casa da Arquitectura e defendeu a importância que este projecto assume para a divulgação e acervo da arquitectura em Portugal. Evidenciou a importância das sinergias entre entidades parceiras e reiterou que o projecto da Casa da Arquitectura é já ele a concretização de um dos objectivos da PNAP – desenvolver sinergias entre parceiros para a divulgação da arquitectura.

Vítor Pereira interpelou os presentes “O que é urgente na PNAP? Envolver os cidadãos, englobar o ensino? Envolver os governantes?”

O arq. Jorge Bonito Santos respondeu que a adopção de medidas de estratégia e coordenação das acções e de medidas de informação, sensibilização e educação, será, em sua opinião, fundamental para o arranque e para o sucesso do processo de implementação da PNAP.

A título de exemplo referiu a criação da rede de parceiros, a articulação entre as diferentes iniciativas para se conseguir a sua complementaridade, a criação do portal da PNAP, a divulgação pública da existência da PNAP e a integração das temáticas da Arquitectura, da Cidade e da Paisagem nos programas escolares dos vários níveis de ensino não especializado, em particular nos currículos do Ensino Básico e Secundário, com o objectivo de estimular uma cultura de cidadania.

O arq. Nuno Sampaio defendeu que a consciência e a curiosidade da população pela arquitectura já existem. O que não se tem conseguido é criar as condições, principalmente junto da Administração Pública, para potenciar e sustentar esse interesse; importará, por isso, conseguir-se um maior e verdadeiro envolvimento da Administração Pública, nomeadamente da administração central, neste processo.

O quarto painel contou com a presença dos arquitectos Rui Florentino, Luís Tavares Pereira, Conceição Melo e Diogo Melo.

O arq. Rui Florentino centrou a sua comunicação no ensino do urbanismo em tempo de crise, sublinhando que a actividade de planeamento é uma das áreas de trabalho onde os arquitectos exercem a sua profissão: ensinando a pensar a cidade e o território, para além da contribuição no projecto de edifícios. Apesar das diferenças metodológicas, venceu haver uma raiz comum entre as duas disciplinas, que prepara os estudantes para a escala e os objectivos do ordenamento do território. No actual contexto de crise, sublinhou a necessidade de capacitar os arquitectos para enfrentarem com confiança os novos desafios relacionados com a sustentabilidade, a qualidade dos espaços públicos e a reabilitação urbana e da paisagem.

A arq.^a Conceição Melo centrou a sua apresentação na importância da divulgação da arquitectura de qualidade e na aceitação que este tipo de iniciativas tem vindo a observar. A arquitectura de qualidade é também uma questão cultural e a Ordem dos

Arquitectos tem um papel importante no garante da ligação do aspecto cultural às questões políticas.

Por seu lado, o arq. Luís Tavares Pereira acredita que expor a produção dos arquitectos é um acto democrático. A questão do critério de escolha é o que constitui uma referência do ponto de vista ideológico, pelo que é fundamental uma articulação com a PNAP para garantir essa orientação.

O arq. Diogo Melo apresentou a metodologia de abordagem do gabinete de arquitetura ODDA como resposta ao panorama de crise económica mundial em que vivemos. O arquitecto acredita que o modelo do antigo gabinete de arquitectura, em que o trabalho vinha ter com o arquitecto, já não tem lugar e defendeu um olhar pró-activo para a sociedade e o mercado em que o arquitecto se assume como um gestor e a reabilitação uma reacção ao contexto desfavorável.

Observações finais

O arq. Pedro Ravara congratulou os participantes pelo conteúdo das suas intervenções que possibilitaram um debate profícuo e que denunciou que estas matérias devem ser mais amplamente debatidas.

Relevou a importância do ensino na formação dos futuros arquitectos num momento em que o contexto para o exercício da profissão está a mudar, bem como a necessidade de uma formação contínua que garanta uma resposta operacional dos arquitectos aos desafios que se lhes colocam. Tema este que, à semelhança do anterior, precisa de debate para esclarecer os moldes em que se vai processar.

Ressalvou também a importância das parcerias para a implementação da PNAP e de uma consciência colectiva do valor da arquitectura e do papel do arquitecto na prossecução da qualidade de vida de todos.

Organização



MUNICÍPIO DE
VISEU

Patrocinadores
DNA 2016

VMZINC



ageas
seguros

Gypotec
IBÉRICA



GUARDIAN
More Innovation - Building Potential

J. Pinto Leirão
WOOD TECH
viroc **valchromat**

ageas
seguros